

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Comércio Class.: 1323

Data: 12/01/90 Pg.: _____

Tuma nega que Governo tenha feito acordo contra liminar

BRASÍLIA — O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, negou que o Governo tenha feito qualquer tipo de acordo descumprindo a liminar da Justiça, que interditou 9 milhões de hectares de áreas indígenas em Roraima. "Estávamos apenas em entendimentos para solucionar a questão de retirada dos garimpeiros da reserva Yanomami", justificou, depois de apresentar-se ao juiz João Batista Coelho de Aguiar, da 7ª Vara de Brasília. Dizendo-se magoado por ter sido intimado a pedido do procurador Eugê-

nio José Araújo, ele ressaltou: "Sempre fui um escravo da Justiça, jamais desobedeceria a lei".

Para evitar maiores constrangimentos, Tuma apresentou-se espontaneamente ao juiz, assinou a petição, mas terá que explicar, no prazo de 72 horas, se realmente pretendia descumprir a liminar. "Farei isto por escrito", esclareceu, após salientar que não gostou dos termos da petição do procurador. "Uma autoridade policial que há 35 anos segue rigidamente as normas não merece este tipo de interpelação", disse

magoado. Segundo conta, em nenhum momento pensou em desrespeitar a decisão judicial, por isto mesmo não teme maiores reações.

Ressaltando que a idéia da Polícia Federal era tornar a operação de retirada dos garimpeiros o mais pacífica possível, ele revelou que seria mais fácil usar a força, mas não é este o desejo do Governo, muito menos da sociedade. Tuma não acredita que o impasse criado pela Justiça venha a atrapalhar os trabalhos do DPF. "Continuaremos fiscalizando e dando o apoio necessário".

Ministro ironiza ação da Procuradoria

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, reagiu, ontem, com ironia à iniciativa da Procuradoria Geral da República de pedir a prisão preventiva do superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, caso o Governo transfira os garimpeiros da terra Ianomami para a Floresta Nacional de Roraima. "A única cadeia para onde o doutor Tuma pode ser levado é a de Rádio e Televisão", afirmou o ministro. Para Saulo Ramos, nada impede que o Governo, aplicando a Constituição, demarque área para atividade lícita da garimpagem nas florestas nacionais.

Saulo Ramos afirmou que a polêmica, em última instância, pode ser levada

para decisão do Supremo Tribunal Federal, mas garantiu que o Governo está agindo corretamente. O subprocurador da República Carlos Vitor Muzzi alega que existe liminar determinando a interdição de nove milhões de hectares para os Ianomamis, incluindo as duas florestas nacionais em Roraima. "O subprocurador está agindo com excesso de zelo", afirmou Saulo Ramos, lembrando que "é até normal que o pessoal da burocracia requisite informações escritas, que serão repassadas".

O ministro argumenta que não há descumprimento de liminar e acrescenta que o Governo deve aplicar a lei que está em vigência. Segundo ele, a liminar man-

da retirar da área Ianomami e da Floresta Nacional os que estão ocupando os locais irregularmente. "Estamos tornando lícita a atividade dos garimpeiros em área onde o Governo demarcará", afirma. O ministro disse, ainda, que "a partir da demarcação, formação de cooperativas e transferência de permissão de uso de lavras, o contrabando de ouro e a garimpagem individual acabarão". Segundo ele, a medida visa, principalmente, preservar a vida e a cultura dos índios "que estão sendo dizimados pelo contato com os garimpeiros". Saulo Ramos afirmou que "os que estão contra, querem que o problema continue para ser motivo de discurso".

Os garimpeiros e seus direitos

SÍLVIO MEIRA

JORNALISTA, JURISTA E ESCRITOR

Os jornais noticiam com alarde o início de uma operação policial-militar no sentido de desalojar cerca de cinquenta mil garimpeiros que exercem suas atividades no setentrão brasileiro.

O que mais escandaliza, nisso tudo, é o desconhecimento, pelas mais altas autoridades da República, dos mais comozinhos princípios de Direito.

Ainda estamos em período ditatorial, em que o Executivo pode mandar desalojar cinquenta mil cidadãos, como fazia Stalin, na época negra da destruição de populações inteiras, transportadas de surpresa para outros locais?

Esquecem essas autoridades que os mesmos preceitos constitucionais e legais que protegem os silvícolas protegem e amparam também os cidadãos comuns, no exercício de uma atividade lícita?

A garimpagem é uma atividade lícita, também chamada "faiscagem" e não se confunde com as concessões para pesquisa e lavra, dependentes de rigorosas autorizações federais. Qualquer um pode garimpar e o que colher é fruto de seu trabalho.

Que é a História das Américas senão uma multissecular garimpagem? Cidades como Santos, Parati, Cachoeira nada mais foram, no passado, do que portas de entrada para as bandeiras e expedições em busca das riquezas da selva. E na Amazônia ocorreu a maior delas, do capitão português Pedro Teixeira, que em princípios do século XVII concorreu para incorporar ao reino de Portugal (então sob o domínio da Espanha) a imensa região Amazônica.

Não somos contra os índios. Sempre os defendemos em escritos e conferências. Em nossas veias corre um pouco de seu sangue. Não podemos, no entanto, é aceitar que se cometam violências e arbitrariedades como essa que se tenta agora contra cinquenta mil cidadãos, no uso de seus direitos, brasileiros como todos nós, que arriscam a vida nos ares e nas selvas.

Os investimentos que realizaram na selva na abertura de campos de pouso, estradas e construções são benfeitorias feitas de boa fé e sujeitas à proteção das leis civis. Ou será que as altas autoridades responsáveis por essa intervenção soviética esquecem ou não sabem que temos um código civil?

A ocupação pelos garimpeiros é anterior ao texto constitucional em vigor. As benfeitorias são de sua propriedade e somente mediante desapropriação e prévia indenização em dinheiro poderão sair de suas mãos. É uma ocupação trintenária, em alguns casos.

Por outro lado, a penetração na selva, onde não há limites visíveis, admite a presunção de inexistência de má fé. O mesmo aconteceu no fim do século passado na região do Acre, quando os seringueiros nordestinos penetraram em área até então boliviana, a fim de explorarem a *hevea brasiliensis*. Travou-se a luta entre brasileiros e bolivianos, que já tivemos oportunidade de narrar em livro de nossa autoria "A Epopéia do Acre". Um homem de visão curta, o então general Olímpio da Silveira, mandou desarmar os seringueiros, estes sob o comando do bravo gaúcho Plácido de Castro. O governo Campos Sales considerava as terras bolivianas e, no momento, trabalhou contra os próprios brasileiros. Foi preciso que um homem de visão, o Barão do Rio Branco, mandasse devolver as armas aos comandados de Plácido, restabelecendo o conflito armado, a fim de parlamentar com o governo Boliviano, em termos pacíficos. Daí resultou a incorporação do Acre (o setentrional e o meridional), definitivamente, e assim surgiu o território federal do Acre, hoje esplêndido Estado da Federação! Quanta falta faz Rio Branco! Quantos Olímpios proliferam neste país!

A burrice de ontem é a burrice de hoje. Com uma diferença: os seringueiros nordestinos ocupavam terras estrangeiras, que nos mapas bolivianos constavam como "tierras non descubiertas". Os garimpeiros ocupam área nacional, que pela própria Constituição pertence à União. Sendo da União, o seu domínio direto é de todos os brasileiros. Os silvícolas dispõem de seu uso e gozo, apenas.

Em vez de agredir os garimpeiros o que o Governo Federal deveria fazer, desde muito tempo, é fornecer meios de assistência a índios e garimpeiros, criando um **modus vivendi**, em que os faiscaidores contribuissem também para a saúde e sobrevivência silvícola. A incorporação do indígena à vida nacional sempre foi pregada por antropólogos eminentes, como Couto de Magalhães, Roquette Pinto e o próprio general Rondon, um quase-índio. Segregá-los para morrerem de fome não é aconselhável. Deter a marcha da civilização é impraticável. Deixar a região abandonada, sem a presença do homem brasileiro, é permitir a sua invasão por estrangeiros. Eis aí a verdade. O que as correntes internacionais querem, apoiadas por alguns falsos missionários, que vivem à tripa forra explorando os índios, é o mineral que está no solo e no subsolo. Ninguém se iluda. As demarcações de área-feitas por este governo importam em concessão de imensos latifúndios a pequenas aglomerações, conforme já tivemos oportunidade de escrever no *Jornal do Commercio*, baseados em dados fornecidos pelo próprio Funai. Na região do Amapá e Pará há uma reserva imensa a favor de 99 silvícolas. Vejam-se os mapas e estatísticas!

Admira que os garimpeiros ainda não tenham pleiteado os seus direitos: a) São posseiros, protegidos pela Constituição e leis civis. Por que certa área de "falsos missionários" defende os "posseiros" que invadem terras tituladas de particulares e não saem em defesa deste outros "posseiros", cidadãos brasileiros, chefes de família, que expandem os horizontes econômicos da pátria? b) Podem os garimpeiros requerer em Juízo a sua **manutenção de posse**, com base no Código Civil, no Código de Processo Civil e na própria Carta Federal e pleitear, liminarmente, seja sustada a indébita intervenção policial militar; c) Podem ainda requerer mandado de segurança para garantia de seus direitos e defesa de suas benfeitorias, ameaçadas por aquelas intervenções; d) Podem ainda requerer **habeas corpus**, a fim de garantir o seu direito de ir e vir, desinterditando o campo de aviação de Roraima e os campos de aviação que construíram, a duras penas, na selva.

Admira que uma providência dessa gravidade seja tomada no final de um governo, ameaçando transferir para o próximo Presidente da República uma tragédia. E se os garimpeiros reagirem? E se cinquenta mil homens armados resistirem à polícia e às Forças Armadas, que belo e estúpido espetáculo apresentará esta nação ao mundo, de forças regulares em luta com irmãos?

No fim do Império as gloriosas Forças Armadas se insurgiram contra a missão que lhes era concedida de "caça a negros escravos". O brio militar consta de bela mensagem enviada à Princesa Isabel, em que os soldados manifestavam não serem "caçadores de escravos".

O fato agora se repete. Querem transformar as Forças Armadas em caças de brasileiros, eleitores, contribuintes, chefes de família, que arriscam a vida no mato, enquanto muitos malandros repousam nas poltronas governamentais.

Felizmente temos agora à frente do EMFA, há poucos dias, um esclarecido, culto e digno militar, o general Jonas Correa, que sem dúvida há de meditar nos prós e contras dessa intervenção armada condenável e sem finalidade.

Estamos fazendo o jogo das forças internacionais e dos gringos que, dentro de nossas fronteiras, trabalham contra a nossa soberania? Querem transformar esta nação num novo Panamá?